

# A problemática da autonomia nacional brasileira a partir de Manoel Bomfim

*Renata Baldin Maciel\**

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Santa Maria, RS, Brasil

renatabmaciel@gmail.com

## *Resumo:*

Esse artigo traz alguns elementos de uma pesquisa realizada no Doutorado em História da Universidade Federal de Santa Maria, sendo a mesma financiada pela CAPES e orientada pelo Prof. Dr. Carlos Henrique Armani. Partindo de concepções teórico-metodológicas vinculadas à História Intelectual, nesse artigo o objeto de estudo contempla a narrativa histórica do intelectual brasileiro Manoel Bomfim, autor da obra *A América Latina: males de origem* (1903). Nesse sentido, objetiva-se analisar a problemática da autonomia nacional brasileira a partir de alguns conceitos-chaves que podem ser vistos como antíteses multiformes utilizados para compor a relação estabelecida com o mundo vivenciado, tais como civilização *versus* barbárie, progresso *versus* atraso, entre outros. Esses conceitos remetem às categorias de otimismo e pessimismo que constituem uma filosofia da história que envolve o passado, o presente e o futuro da nação. Considerando a temporalidade como questão crucial na composição dos elementos constitutivos da relação com o mundo vivenciado, em sua narrativa Bomfim também problematiza o sujeito nacional (em relação a sua autonomia ou dependência) a partir de contrastes com a América Inglesa (Estados Unidos), a América Hispânica e a Europa.

*Palavras-chaves:* Manoel Bomfim; América Latina; Autonomia nacional.

\* Bolsista CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, DS, Brasil) / Doutoranda em História, Programa de Pós-Graduação em História UFSM.

*Abstract:*

This article presents some elements from a PhD research in History done at the Universidade Federal de Santa Maria, an investigation supported by a CAPES scholarship and advised by Prof. Dr. Carlos Henrique Armani. Based on theoretical and methodological conceptions from the Intellectual History, the object of analysis in this article is the historical narrative of the Brazilian academic Manoel Bomfim, author of *A América Latina: males de origem* (1903). The objective is to analyse the issue of the Brazilian national autonomy using some key-concepts that can be seen as multiform antitheses used to compose the relationship established with the experienced world, such as civilization versus barbarism, progress versus backwardness, among others. These concepts refer to optimistic and pessimistic categories that constitute a philosophy of history that involves the past, the present and the future of a nation. Considering temporality as a crucial aspect in the composition of the constituent elements of the relationship with the world experienced, Bomfim also problematizes in his narrative the national subject (respect to its autonomy or dependency), contrasting it with the Anglo-America (United States), Spanish America and Europe.

*Keywords:* Manoel Bomfim; Latin America; Nacional autonomy.

## INTRODUÇÃO

A obra *A América Latina: males de origem* do político, historiador, médico e educador Manoel Bomfim foi escrita em 1903 e publicada no Brasil em 1905. Partindo de um presente conturbado pelo crescente poderio dos Estados Unidos e conseqüentemente, por sua política imperialista especialmente na América Latina, a problemática da autonomia nacional nas nações sul-americanas ainda deixava questões em aberto. Seríamos de fato autônomos frente à da permanência do parasitismo (herança dos colonizadores) que, por sua vez, nos inclinaria a deturpar as revoluções, a prezar pela conservação e a deixar a nação em uma situação de atraso?

Nesse sentido, nesse artigo não objetiva-se questionar se o Brasil seria uma nação de fato ou não, mas sim verificar algumas concepções de Bomfim que remetem a autonomia da nação. Para tal o artigo será dividido em três partes: a primeira envolve algumas considerações sobre o conceito de autonomia, a segunda trata da visão pessimista de Bomfim quanto ao presente e ao passado, a terceira corresponde à visão otimista do autor no que se refere ao futuro.

### EM QUE CONSISTE A AUTONOMIA?

Para melhor compreender a interpretação quanto à autonomia da nação construída a partir da narrativa de Bomfim, é preciso apontar algumas considerações sobre esse conceito.

No que se refere à questão da autonomia, Alain Renaut (2004) ressalta que o termo autonomia é de origem grega e que em diversos textos quando se trata da liberdade, este termo parece atrelado à mesma. Porém, para o autor, a concepção da liberdade em termos de autonomia não era plenamente concebível no contexto intelectual e cultural em que os gregos problematizavam a liberdade. Ao retomar a discussão sobre a liberdade para os cidadãos gregos, o autor afirma que não há uma permanência da mesma no que tange a concepção que envolve a autonomia. Para Renaut, “as condições exatas exigidas pela moderna valorização da autonomia ainda estavam muito longe de serem preenchidas no quadro da cultura e da filosofia gregas” (Renaut, 2004: 9).

A valorização da humanidade enquanto capacidade de autonomia é um dos pilares sobre os quais o humanismo moderno se constituiu. Nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade é caracterizada pela forma como o ser humano passa a ser concebido, ou seja, o homem do humanismo não é mais regido pelas leis da natureza nem por Deus, mas sim pelas leis construídas por ele mesmo a partir de sua razão e vontade. Dessa forma, o subjetivo definido pela razão humana (racionalismo jurídico) ou pela vontade humana (voluntarismo jurídico) assume a proeminência no direito natural moderno.

Toda dificuldade reside, entretanto, em saber se as noções e os valores tidos, explicitamente ou não, como equivalentes nessas diferentes análises do individualismo contemporâneo – autonomia/independência e sujeito/indivíduo – são de fato substituíveis uns pelos outros. Ao se sobrepor, sem estabelecer maiores nuances ou discernimento, o valor da independência ao da autonomia e o princípio do indivíduo ao do sujeito, ao ponto de perceber no “surgimento do indivíduo enquanto categoria organizadora do social” (P. Rosanvallon) a única coisa que entra em jogo na modernidade, não se estaria transmitindo um conceito impreciso desta última, estranhamente distante da maneira rigorosa como a ideia de liberdade fora tematizada no vocabulário da autonomia pela filosofia moderna? (Renaut, 2004: 23).

Renaut demonstra a partir das concepções de Tocqueville, como a dinâmica da democratização identifica-se com a afirmação do indivíduo enquanto princípio e valor, englobando o que Tocqueville denominou de individualismo moderno. Este por sua vez, para Tocqueville é caracterizado pela revolta dos indivíduos contra hierarquia em nome da igualdade e da denúncia das tradições pelos indivíduos, em nome da liberdade, em todo caso, em nome de certa concepção de liberdade (Renaut, 2004: 27-28).

Ao tratar da questão da liberdade e da tradição, Renaut retoma as concepções de Luis Dumont, o qual defende a ideia de que tanto as sociedades primitivas quanto as medievais são caracterizadas pela heteronomia. Para ele, nessas sociedades a tradição é imposta aos indivíduos, sem que estes possam escolher por sua própria vontade. A tradição lhes é imposta de fora e passa a agir sobre os indivíduos sob forma de uma transcendência radical, fazendo os homens obedecer da mesma forma que procedem em relação às leis da natureza. Isso configura uma relação de dependência entre as pessoas e a tradição. Contrapondo-se a essas ideias, a democracia moderna procura romper essa relação de dependência. “Herdeira das teorias do contrato social, seu princípio consiste em fundar lei sobre a vontade dos homens, subtraindo-a tanto quanto possível, portanto, à autoridade das tradições” (Renaut, 2004: 28).

Da mesma forma como Revolução Francesa não aboliu a hierarquia, criando até mesmo outras, como por exemplo, a sociedade burguesa, a abolição da tradição atrelada ao Antigo Regime não deveria levar à abolição imediata de todas as formas da tradição, mas sim, a uma decomposição das tradições consoante com a lógica progressiva das sociedades democráticas. Nesse sentido, os movimentos sociais em termos de individualismo, poderiam ainda obter legitimidade na sociedade contemporânea, “nas quais os diversos movimentos de vanguarda, tanto no plano político como no da estética, se filiarão essa tendência de criticar qualquer conteúdo preconcebido e herdado em nome da liberdade dos indivíduos, em nome da sua criatividade ou de seu pleno desenvolvimento” (Renaut, 2004: 29). Para Renaut, um dos traços

mais característicos que o individualismo oferece às sociedades modernas é a dissolução contínua das referências oriundas do passado e transmitidas de geração em geração: “estas referências, cuja transmissão constitui a tradição, são, por definição, indefinidamente corroídas em função direta do projeto que anima o indivíduo moderno a apropriar-se das normas em vez de recebe-las” (Renaut, 2004: 29-30).

Renaut realiza uma crítica ao pensamento neotocquevileano ao afirmar que “o comportamento neotocquevileano tende a confundir pura e simplesmente a emancipação do indivíduo em relação às tradições (isto é, afirmação de uma *independência*) e a conquista de sua *autonomia*” (Renaut, 2004: 59). Além disso, a perspectiva neotocquevileana se resumiria a uma posição entre a ideologia “holista” das sociedades tradicionais e a nossa cultura “individualista”, na qual o indivíduo não pode ser submetido ninguém além dele mesmo. Nesse sentido, pode-se dizer que a lógica do individualismo é a da “independência, da “libertação dos entraves”, tendo como horizonte, a maneira como o indivíduo moderno tende a preocupar-se apenas consigo mesmo” (Renaut, 2004: 60).

Renaut lembra que a ideia de independência absoluta e autossuficiência pura assemelham-se a recusa de qualquer regra que possa limitar a vontade espontânea dos indivíduos. Aceitar regras que limitem a vontade faz com que o problema da relação com o outro seja considerado, assim como as condições necessárias à coexistência. Esse problema por si só já demonstra que o indivíduo não basta a si mesmo.

Porém, é preciso observar as relações de dependência e independência atreladas ao sentido de liberdade moderna:

A ideia (intrinsecamente moderna) da liberdade como autonomia designa, num sentido, dependência em relação às regras, mas dependência percebida como compatível com a liberdade, ou melhor, uma dependência fundadora da liberdade autêntica, na medida em que essa liberdade autêntica (humana) não é precisamente a liberdade (natural) sem regras, mas consiste em fazer com que o próprio humano seja o fundamento ou a fonte de suas normas e leis. Todavia, não é menos verdade que, sendo dependência em relação às leis humanas, isto é, autofundadas, a autonomia é também uma forma específica de independência (é sem dúvida por isso que se pode, equivocando-se, confundi-la com a independência pura e simples): não obstante, ela é independência apenas em relação a uma Alteridade radical que ditaria a lei. Em suma, como forma de independência, a autonomia (que significa auto-instituição da lei) não se confunde absolutamente com qualquer figura concebível da independência: no ideal da autonomia, continuo a ser dependente das normas e leis, com a condição que eu as aceite livremente. Isso equivale a dizer que a valorização da autonomia, nela inte-

grando a ideia de lei ou de regra, pode perfeitamente admitir o princípio de uma limitação do Eu, por submissão a uma lei comum (Renaut, 2004: 62-63).

Levando em consideração que a autonomia está vinculada a uma dependência (às regas) entendida como liberdade, (despreendida das tradições transmitidas por herança na sequência das gerações), em que o indivíduo pode estabelecer e seguir leis autofundadas que melhor se enquadram na vida social, a seguir, será exposto como Bomfim compreendeu o presente, o passado e o futuro do Brasil e das demais nações sul-americanas e ibéricas. A partir dessas problemáticas levanta-se a hipótese nesse artigo de que as concepções de Bomfim permitem afirmar que não havia liberdade, nem democracia verdadeira e, conseqüentemente, nem autonomia instaurada no presente das nações latino-americanas e em especial, do Brasil.

## PRESENTE E PASSADO BOMFINIANO SOB A SOMBRA DE SATURNO

Em seu livro *Saturno nos Trópicos: a melancolia européia chega ao Brasil* (2003), Moacyr Scliar reconstitui a história da melancolia. Scliar revela que a melancolia está associada a Saturno, caracterizado por ser um planeta distante e de lenta revolução. No corpo humano, esse planeta governaria o baço, sede da chamada bile negra, responsável pela melancolia. Ao analisar a obra *A América Latina: males de origem* (1903), não há como deixar de observar o pessimismo ou o tom soturno com o qual Bomfim procura as respostas para o presente funesto da América Latina e, em especial, para a Brasil. Aquela aparece condenada pela Europa, devido a suposta desonestidade de seus estadistas e dos frequentes escândalos que tornaram-se normais nessas nações. Bomfim classifica como injúrias essas visões sobre as nações sul-americanas, e afirma que elas se disseminam devido à ignorância daqueles sobre a América do Sul. Todavia, esse juízo universal condenatório teria reflexos perniciosos: “somos a criança a quem se repete continuamente: “Não prestas para nada; nunca serás nada...”, e que acabará aceitando esta opinião, conformando-se com ela, desmoralizando-se, perdendo todos os estímulos” (Bomfim, 1993: 43 [1903]). Outra consequência desses juízos depreciativos seria a abertura de brechas para possíveis ataques às nossas soberanias:

Essas injúrias também abririam brechas para cedo ou tarde seremos atacados, brutalmente ou insidiosamente, nas nossas soberanias de povo independente, e, num caso ou no outro, o desenvolvimento destas sociedades sul-americanas será profundamente perturbado; nada no mundo poderá impedir que neste continente se desenvolvam lutas sangrentas, incomparavelmente mais ferozes e bárbaras que as revoluções atuais (Bomfim, 1993: 44 [1903]).

Nesse sentido, Bomfim entende que a Doutrina Monroe dos Estados Unidos seria uma ameaça à soberania e autonomia dos povos, pois depender da proteção de outra nação já seria uma forma de subordinação. Para Bomfim, “de fato, parte da nossa soberania nacional já desapareceu; para a Europa, já existe o protetorado dos Estados Unidos sobre a América Latina” (Bomfim, 1993: 45 [1903]).

Na concepção de Bomfim, as violências e extorsões não seriam as únicas causas dos males que nos atormentam. Essas violências se realizariam por motivos que viriam de longe e que seriam os responsáveis por dificultar o nosso progresso. Em tom pessimista, Bomfim reconhece que a atual situação social, política e econômica sul-americana seria caracterizada pela tristeza instaurada. O autor adverte que o fato dos publicistas europeus nos considerarem um país atrasado, não seria algo que deveria nos ferir, mas sim as causas que oferecem a esse atraso e as conclusões que dele tiram.

Os conceitos de civilização, progresso e atraso aparecem correlacionados na medida em que Bomfim afirma que “os povos sul-americanos se apresentam, hoje, num estado que mal lhes dá direito a ser considerados povos civilizados” (Bomfim, 1993: 49-50 [1903]). A marcha das novas nações estaria demasiado lenta para poder alcançar os benefícios atrelados às nações civilizadas. Os efeitos apontados por Bomfim desse retardamento em vigor no presente seriam a falta de cultura, de instrução, de riqueza, de deleites estéticos, de trabalho organizado, de atividades sociais, de instituições fundamentais na verdadeira solidariedade e cooperação, de ideias, glórias, entre outros. Em resumo, Bomfim destaca a estagnação que vigora nessas nacionalidades, facilitando a domínio das mesmas por outros povos:

São sociedades novas, inegavelmente vigorosas, prontas a agir, mas, nas quais, toda a ação se resume na luta terra a terra pelo poder – na política, no que ela tem de mais mesquinho e torpe. Fora daí, é a estagnação: miséria, dores, ignorância, tirania, pobreza. Exploradas pelo mercantilismo cosmopolita e voraz, imoral e dissolvente, retardatário por cálculo, egoísta e inumano por natureza, estas pobres sociedades não sabem e não podem se defender (Bomfim, 1993: 49-50 [1903]).

Estando as nações sul-americanas à sombra de Saturno devido às inúmeras dificuldades instauradas, Bomfim procura explicações para os males do presente voltando-se para o passado, ou seja, para as nações ibéricas. Para ele, as nações sul-americanas sofrem dos mesmos males, em algumas mais e, em outras, menos atenuados. Além disso, esses povos tiveram a mesma origem, formaram-se nas mesmas condições e foram educados pelos mesmos processos: “se os antecedentes são comuns, se os sintomas são os mesmos, se estes se continuam com aqueles – é bem natural que nestes antecedentes esteja a verdadeira causa” (Bomfim, 1993: 53 [1903]).

Ao problematizar o passado das nações colonizadoras Espanha e Portugal, Bomfim afirma que elas também sofriram dos mesmos males que as nações da América Latina, aliás, os vícios e males verificados nessa, seriam reflexo do que as nações peninsulares já estavam habituadas a praticar:

Nas duas – Espanha e Portugal, que, no caso, figuram como uma unidade – o mesmo atraso geral: uma geral desorientação, porventura, um certo desânimo, falta de atividade social, mal-estar em todas as classes, irritação constante e, sobretudo, uma fraqueza tão acentuada que a muitos se afigura, também, como uma incapacidade essencial a manterem-se soberanas e livres a par dos outros povos. Isto é muito para notar, principalmente porque essas nações foram, em tempos relativamente bem próximos, excepcionalmente poderosas, ricas e adiantadas (Bomfim, 1993: 54 [1903]).

Partindo do princípio do biologicismo de que a função faz o órgão, ou seja, de que o exercício constante faz com que o órgão evolua e se adapte, quando um organismo se torna parasita, conseqüentemente ele degenera, involui. Espanha e Portugal vivendo à custa das extorsões e do trabalho alheio, ou melhor, vivendo parasitariamente, teriam alcançado sua degradação moral.

Ainda sobre o caráter dos povos ibéricos, Bomfim salienta que seus onze séculos de guerras permanentes tiveram como consequência a perpetuação por sucessivas gerações, da educação guerreira, de seu estilo de vida baseado em saques, rapinas, pirataria e do desenvolvimento sempre crescente das tendências depredadoras, impedindo-os de se habituarem ao trabalho pacífico.

Scliar menciona que os árabes do século IX também estabeleceram analogias astrológicas entre humores e planetas. “O humor sanguíneo corresponderia a Júpiter, o colérico a Marte, deus da guerra, e o fleumático à Vênus, ou a Lua” (Scliar, 2003: 73-74). O inquieto Mercúrio convida à descoberta do novo (inclusive de novos mercados para o comércio); enquanto Saturno induz à ruminação do passado (Scliar, 2003: 34). Assim, pode-se dizer que sob a força de Mercúrio os ibéricos lançaram-se em séculos de guerras em busca de novas conquistas e se acostumaram a viver das riquezas que saqueavam. Em sua narrativa Bomfim demonstra as influências de Saturno ao problematizar o passado a fim de entender como as doenças (ou vícios) se instalaram nas novas nações.

Essa fase de lutas por conquistas de novos territórios Bomfim chamou de parasitismo heroico. Após este surgiria o sedentarismo, regime sob o qual a decadência se acentua e a degeneração se manifesta. O tráfico de escravos, ou parasitismo depredador como é denominado por Bomfim, prepara as bases para o parasitismo sedentário. Os escravos forneciam os alimentos para os colonos que, por sua vez, começavam a se desenvolver. Nas palavras de Bomfim, “assim se fez o Brasil – um produto espontâneo da fertilidade das terras e do tráfico de escravos” (Bomfim, 1993: 105 [1903]). Até então todos estavam habituados a viver de forma parasitária:



O Estado era parasita das colônias; a Igreja parasita direta das colônias, e parasita do Estado. Com a nobreza sucedia a mesma coisa: ou parasitava sobre o trabalho escravo, nas colônias, ou parasitava nas sinecuras e pensões. A burguesia parasitava nos monopólios, no tráfico dos negros, no comércio privilegiado. A plebe parasitava nos adros das igrejas ou nos pátios dos fidalgos (Bomfim, 1993: 108-109 [1903]).

Vivendo séculos através da vida parasitária e com suas classes dominantes abstendo-se de progredir, procurando conservar as coisas sempre no mesmo estado, as nações da península começaram a retroceder. Para Bomfim, elas viveram três séculos de estagnação política e de conservantismo, ou seja, de regresso social sendo que “a Inquisição e a Companhia de Jesus incumbiram-se de matar todas as veleidades de progresso; a história dessas duas instituições é a história da degeneração ibérica” (Bomfim, 1993: 113 [1903]). Enquanto o quadro das nações ibéricas era de retrocesso, a Europa adquiria cada vez mais destaque graças à ciência e a cultura.

As colônias da América do Sul nasceram e viveram sob o regime parasitário, os vícios e degenerações herdados teriam influenciando a vida desses povos até mesmo após a emancipação das nações. Em relação a essas influências nas colônias latino-americanas, Bomfim as agrupa em efeitos gerais (comuns a todos os parasitismos) e efeitos especiais. Os efeitos gerais correspondem ao enfraquecimento do parasitado, as violências exercidas sobre ele e a adaptação às condições de vida que lhes são impostas. Nas nações sul-americanas os efeitos especiais remetem à herança, a educação e a reação.

Vale ressaltar que o regime parasitário, por suas próprias diretrizes, impunha a escravidão. Esta foi vista por Bomfim como impedimento para a evolução das nações sul-americanas, pois os colonos acostumados com esse regime de trabalho não buscavam formas de modificar os processos de produção, aperfeiçoar instrumentos de trabalho, ou seja, novos meios de tornar as lavouras mais remuneradas. Cada um parasitava como podia, os únicos braços a trabalhar eram os dos escravos:

É esta a síntese da vida econômica das novas nacionalidades por todo o tempo de colônia: o senhor extorquindo o trabalho ao escravo, o negociante, o padre, o fisco e a chusma dos subparasitas, extorquindo ao colono o que ele roubara ao índio e ao negro. Trabalhar, produzir, só o escravo o fazia. Não havia indústria, não havia pequena lavoura (Bomfim, 1993: 131 [1903]).

Além da incapacidade das metrópoles de organizar e dirigir adequadamente seus novos domínios, devido as suas próprias desordens e seus longos vícios de saquear, o aparelho político-administrativo teria sido configurado nos moldes do parasitismo, ou seja, sugando toda riqueza e a produção da colônia.

No entendimento de Bomfim, esses seriam as causas dos vícios encontrados nos costumes políticos dos povos latino-americanos. Nesse sentido, o próprio Estado se apresentava como uma influência funesta às novas nacionalidades enquanto órgão opressor e espoliador. Como efeito das lutas contínuas no caráter das novas nacionalidades, do trabalho escravo e do Estado tirânico tem-se a “perversão do senso moral, horror ao trabalho livre e à vida pacífica, ódio ao governo, desconfiança das autoridades, desenvolvimento dos instintos agressivos” (Bomfim, 1993: 151 [1903]). Tal como destacado por Bomfim, sendo o organismo parasitado derivado e educado pelo parasita, surge como inevitável contradição a repulsa e a imitação do novo organismo nacional ao regime da metrópole.

Transcorrendo a narrativa de Bomfim, observa-se a permanência da influência de Saturno no pós- independência na mesma medida em que o pessimismo andava a passos largos: tudo que havia eram novas nacionalidades “sem indústria, sem comércio nacional, sem capitais, sem riqueza, sem gente educada no trabalho livre, sem conhecimento do mundo” (Bomfim, 1993: 140 [1903]).

Segundo Scliar, “os Estados modernos surgem em meio a guerras e conflitos. Há riquezas e há misérias; há uma brusca alternância entre o otimismo e o pessimismo, entre euforia e desânimo, verdadeira bipolaridade emocional que se traduz em incerteza quanto ao futuro” (Scliar, 2003: 16). É nesse clima em que muitas nações sul-americanas encontram-se em fins do século XIX. No Brasil, a chegada dos colonizadores foi marcada por conflitos e pela disseminação de diversas doenças, como a febre amarela e a sífilis. Roberto Schwarz (2014) ressalta que no século XIX era corrente a discussão sobre as visíveis distâncias entre a fachada liberal do Império, tendo como pilar o parlamentarismo inglês, e o regime de trabalho escravo praticado na sociedade brasileira. Esses contrastes expressam “o sentimento da contradição entre a realidade nacional e o prestígio ideológico dos países que nos servem de modelo” (Schwarz, 2014: 82). Nesse contexto ocorreu a abolição da escravidão, o que gerava muitos empasses tendo em vista que o Brasil era um país essencialmente agrário e dependente do trabalho escravo. Somando-se a esses fatos, o final do século XIX foi marcado por inúmeras turbulências na passagem da Monarquia para a República, período de muitas revoltas e guerras, em especial a Guerra do Paraguai, da qual o Brasil saiu vitorioso, porém com muitas dívidas com os bancos ingleses.

Bomfim denuncia o conservadorismo existente na política da América do Sul. Este garantia seu espaço graças ao interesse pessoal, à herança adquirida e à educação. Bomfim vê as revoluções de maneira pessimista, pois entende que o conservadorismo está presente em todos os homens públicos. Até mesmo aqueles que se dizem os mais revolucionários, assim como os mais conservadores, são impróprios para realizarem as reformas e os novos direi-

tos proclamados. Para Bomfim esses indivíduos seriam “revolucionários até a hora exata de fazer a revolução, enquanto a reforma se limita às palavras; no momento da execução, o sentimento conservador os domina e o proceder de amanhã é a contradição formal às idéias” (Bomfim, 1993: 164 [1903]). Esse “espírito” de conservação das antigas práticas fica evidente quando Bomfim afirma que os indivíduos ao conquistar posições de poder, passam a concentrar seus esforços para impedir as reformas em nome das quais a revolução ocorreu:

Pouco importa a luta, os conflitos, levantes e revoluções que tenham trazido o indivíduo ao poder; uma vez ali, “sentindo as responsabilidades do governo”, o verdadeiro homem se revela; tudo parou, o revolucionário de ontem desaparece, as gentes ponderadas e graves podem aproximar-se – ficarão encantadas de verificar que mundos de sensatez nele se encerram ali; a vida vai continuar tal qual era; “o período de agitação acabou, as responsabilidades, etc., impõem o dever de não criar dificuldades novas”. Quer dizer: todo o esforço agora é para impedir que se dê execução às reformas em nome das quais se fez a revolução, e para defender os interesses das classes conservadoras, a fim de acalmá-las (Bomfim, 1993: 165-166 [1903]).

Seguindo esse raciocínio, para Bomfim o Brasil enquanto nação independente teria sido somente mais uma revolução frustrada, cujo único fator positivo foi à eliminação da monarquia hereditária, que para o autor era um entrave para a liberdade e solidariedade humana. A influência dos vícios transmitidos pelo passado, tais como o regime anti-social tirânico e parasitário formador da nossa nacionalidade, apresenta tal força no presente que para o autor dava “a impressão da revivescência de épocas transatas” (Bomfim, 1993: 279 [1903]). O conservadorismo e a presença desses vícios estariam perpetuando todas as causas do mal-estar social repleto de apatia e desânimo, moldando o caráter da sociedade brasileira com tristeza e desconfiança de si mesma e colocando-a sobre a égide de Saturno. Todos esses elementos apresentam-se como entrave para o progresso social.

O passado vive nas classes dirigentes, e pesa de um modo esmagador sobre a nação que, no entanto, precisaria sentir-se bem leve, e estimulada, e penetrada de um espírito novo, para progredir aceleradamente como o exige o momento. Tudo que poderia melhorar as condições sociais e econômicas encontra uma resistência maciça por parte dessas classes conservadoras – almas que se encostaram à vida, e aí ficam imutáveis na mutabilidade das coisas e das circunstâncias (Bomfim, 1993: 280 [1903]).

Em síntese, para Bomfim a proclamação da República somente perpetuou os costumes de outros tempos, houve uma espécie de retorno ao antigo com

as devidas adaptações. O lado positivo dessa transição foi o fato da população ter se desabituaado um pouco dos levantes e protestos armados, passando a viver de forma mais resignada no que regime que lhes apresentavam como legal. Todavia, Bomfim adverte que o progresso só pode ser considerado em termos da educação social das populações e não em outros setores “o povo se desabituaou de revoltas armadas, não porque lhe dêem mais justiça e mais liberdade, ou condições de vida mais perfeitas; mas porque a oligarquia dominante achou o meio de entretê-lo com o espetáculo da loqüela política” (Bomfim, 1993: 280 [1903]).

A continuidade na República das práticas do regime anterior, ou seja, do peso do passado atuante no presente, pode indicar a existência de diversos estratos de tempo com durações e origens diferentes, mas que atuam de maneira concomitante. Para Reinhart Koselleck (2006, 2014), inúmeras coisas acontecem ao mesmo tempo e emergem em diacronia ou em sincronia, em contextos totalmente diferentes, ou seja, as modificações da vida e das ações humanas apresentam diferentes estruturas de repetição, que escalonadas se modificam em diferentes ritmos. Partindo dessas concepções, Koselleck traz à tona a problemática da aceleração, a qual começou a transformar a realidade a partir da modernidade. Nesse sentido, quando uma situação de atraso é apontada, “há uma referência a uma oportunidade perdida, a um desejo projetado sobre o passado a fim de se programar ideologicamente uma recuperação acelerada. Esse desejo pela aceleração é claramente encontrado na obra de Bomfim, na medida em que o atraso das nações da América Latina é apontado. Segundo Koselleck a ciência e a técnica teriam estabilizado o progresso como sendo a diferença temporal progressiva entre a experiência e a expectativa. Esta diferença seria indicada a partir da aceleração, pois a esta se deve as modificações nos ritmos e prazos do mundo, oportunizadas pelo progresso sócio-político e pelo progresso técnico científico. Igualmente, a defesa de Bomfim pela ciência, pela instrução, poderia levar as modificações necessárias para que essas nações fizessem parte do progresso e da civilização alcançado por outras nações do mundo ocidental. A condição de progresso da América Latina está muito presente na narrativa de Bomfim, pois a mesma sustenta a confiança que ele tem no futuro. Toda a discussão de como conquistar esse progresso no futuro está vinculada as problemáticas geradas pelas faces da política em voga nesse período que preocupavam Bomfim e seus contemporâneos, relacionadas à democracia, ao utilitarismo, a autonomia, a liberdade, ao atraso, a inferioridade, a cultura, a instrução, as raças, e ao imperialismo, ou seja, aos fatores a serem incluídos ou rechaçados na marcha pela implementação de uma civilização ideal.

Nas novas nacionalidades estavam enraizadas as discórdias, a educação e a herança dos que aqui vieram parasitar, tudo parecia levar ao fatalismo do atraso, do retrocesso. Todos esses males levavam a um sofrer contínuo, mas

aos poucos a América Latina vinha se libertando dessas influências. No entendimento de Bomfim, as lutas e dificuldades que as novas nacionalidades estavam travando, eram motivos de condenação aos olhos do mundo civilizado, o que gerava sentenças como, por exemplo, a de que esses povos são incapazes de se autogovernarem. A respeito dessas sentenças Bomfim afirma que:

Somos ainda bem atrasados, bem pobres; vivemos uma vida política agitada e instável; e os mentores do Velho Mundo, sem indagar das causas desse atraso e dessas agitações, voltam-se para nós, inexoráveis: 'Sois povos inferiores, incapazes; estais condenados. Tendes liberdade, fizestes a vossa independência há 80 anos, possuís os mais ricos territórios do mundo, e estais assim miseráveis e atrasados?!... É que saís ingovernáveis, indignos de ser nações livres, senão estareis hoje, todos, tão adiantados e prósperos como nós outros...' (Bomfim, 1993: 285 [1903]).

Para Bomfim as nacionalidades sul-americanas são realidades mesmo estando muito longe do regime da verdadeira liberdade. Assim, Bomfim elenca duas formas para tornar essas nacionalidades prósperas, cultas e fortes, a constatar: deixá-las entregues a si mesmas para completar sua evolução, removendo as causas dos entraves de seu progresso ou eliminar as populações existentes (o que parece ser inaplicável). Enfim, percebe-se que essas nacionalidades estão entregues a marcha do tempo de forma esperançosa, ou seja, o progresso dessas novas nacionalidades é lançado para um horizonte de expectativa<sup>1</sup> para eu seja possível adentrar no mundo civilizado.

Até aqui o presente e o passado na narrativa de Bomfim foram problematizados expondo-se os elementos em vigor que estariam impedindo o progresso, a liberdade e a autonomia no Brasil e, em termos gerais, nas novas nacionalidades sul-americanas. A seguir veremos como o futuro é pensado por Bomfim, como o autor tenta distanciar-se da influência saturnina e lançar para o devir as esperanças de ruptura com as mesmas.

## O FUTURO OTIMISTA BOMFINIANO

Na narrativa de Bomfim, o progresso está vinculado à educação, abrindo caminho para uma visão otimista lançada ao futuro. Para Bomfim, ao refazer sua educação social, corrigindo os vícios da vida parasitária, seria possível que o progresso fizesse parte da nação.

<sup>1</sup> Como horizonte de expectativa, Reinhart Koselleck compreendeu uma espécie de linha que gera no futuro um novo espaço de experiência que ainda não pode ser contemplado. Pode ser entendido como um futuro presente, voltado para o que ainda não aconteceu ou ao que pode ser apenas previsto.

A instrução popular aparece na obra de Bomfim como meio de ruptura com os vícios que percorreram o passado e o presente, como o remédio encontrado para sanar as doenças que afligem o paciente, ou seja, para superar o parasitismo, o conservantismo, a tristeza, o atraso em vigor, transformando a América Latina em nações ricas, livres, prósperas e felizes. Esse seria um processo que demandaria tempo, não seria algo concretizado em poucos anos tal como alguns estadistas pretendiam.

A instrução social e o aperfeiçoamento da produção seriam itens na visão de Bomfim, essenciais para o progresso da nação e para a constituição de sociedades harmônicas, adiantadas e felizes. Ele destaca que é possível encontrar nas nacionalidades sul-americanas exemplos de progressos que demonstram que esses povos podem ser tão cultos e prósperos como as grandes nações europeias. Como exemplo, Bomfim cita o México e a Argentina como países mais progressistas que algumas nações de menor relevo da Europa “têm uma indústria, uma instrução popular, uma atividade intelectual e uma vida econômica mais desenvolvida que alguns dos países europeus de população equivalente” (Bomfim, 1993: 312 [1903]). O Brasil e o Chile também são destacados enquanto nações que se desabituarão significativamente dos conflitos armados, fato que indicava que o estado de agitação guerreira poderia ser corrigido nessas nacionalidades. Em sociedades pacíficas seria muito mais fácil promover o progresso e implementar costumes políticos livres e democráticos. Nesse sentido, o horizonte de expectativa do Brasil estaria aberto (embora a passos lentos) para um futuro repleto de todos os elementos que constituem uma verdadeira civilização, ou seja, progresso, liberdade, democracia, instrução, cultura, itens que poderiam superar a atual inferioridade apontada em relação aos países cultos.

Bomfim afirma enfaticamente que “como estamos, não somos nem nações, nem repúblicas, nem democracias. A democracia moderna é um produto do progresso; e nós somos, ainda, uma presa do passado, recalcitrante em tradições e preconceitos, que não soubemos vencer ainda” (Bomfim, 1993: 331 [1903]). Não haveria como desejar um regime moderno com práticas inseridas nos costumes da população de três séculos atrás, do tempo do Absolutismo. Por isso Bomfim entende que a liberdade e democracia em nome das quais se luta na América Latina, não são verdadeiras e como consequência os apelos ao progresso e à civilização permanecem nulos.

A instrução da massa popular tem uma importância elevada, pois somente a educação poderia preparar a liberdade, o dever, a ciência, a moral. Segundo Bomfim, pensar assim não é atribuído à cultura intelectual alguma virtude miraculosa, apenas conferir a ela a importância que tem na história da civilização. A instrução não seria o único objetivo do progresso, mas é um do seu principal

fim e meio. A liberdade almejada por Bomfim só teria lugar mediante a libertação da ignorância, alcançando dessa forma a verdadeira democracia:

A liberdade passa a ser o esforço constante e consciente para progredir, a vontade sempre alerta, com o concurso espontâneo de todas as inteligências; ou, por outra, concurso de todas as vontades, cooperação de todas as inteligências numa reciprocidade perfeita. Assim, estaria definida a verdadeira democracia (Bomfim, 1993: 341 [1903]).

A instrução popular foi o remédio prescrito por Bomfim ao enfatizar “a necessidade imprescritível de atender-se à instrução popular, se a América Latina se quer salvar” (Bomfim, 1993: 329 [1903]). Por isso, Bomfim chama a população a promover uma campanha contra a ignorância como único meio de regenerar a América Latina. Mas será esse remédio forte o suficiente para afastar as influências de Saturno? Bomfim prescreve o remédio, mas não deixa a posologia ao paciente, ou seja, a solução está dada, todavia é um mistério a forma como ela será aplicada de forma generalizada tanto no Brasil como nas demais nações sul-americanas.

Se aqueles indivíduos que discursam em prol de mudanças, que desejam e buscam realizar as revoluções acabam sendo corrompidos quando chegam ao poder, convertendo-se em conservados das antigas práticas, como seria possível implementar a instrução popular em termos de uma política social ampla? Seria do interesse conservantista eliminar a ignorância? Parece que por mais que a educação seja um vislumbre de salvação para as nações sul-americanas, a narrativa de Bomfim as coloca em um círculo fechado no sentido de possibilidades concretas de implementação dessas reformas em um meio conservador. A instrução como solução frente a esse quadro apresenta um caráter de transcendência à própria nação. Isso poderia abrir brechas para consagrar justamente um dos pontos que Bomfim mais criticava, ou seja, a influência demasiada dos elementos externos na nação, levando a sua subordinação por nações consideradas prósperas e civilizadas.

Ao mesmo tempo, esse olhar otimista em relação ao futuro coloca essas nações em um horizonte aberto, ou seja, com a instrução e seu pacote (ciência, progresso, cultura...) elas não estariam fadadas a inferioridade, pelo contrário, apresentam possibilidades de participarem da civilização ocidental. Sendo o otimismo lançado para o futuro sob a égide do tempo –que aparentemente é o fator que pode oferecer a quebra de paradigmas através da instrução, visto que os homens dos quais Bomfim fala seriam impróprios para realizar as mudanças que prometem ou que desejam– a temporalidade pode ser vista sobre um aspecto bipolar, pois nela há esperança, otimismo, mas também há incertezas geradas pela dúvida de como essas próprias nações, marcadas pelo selo de Saturno, poderão desvencilhar-se das correntes da herança transmitida e concretizar tais expectativas de ruptura com o passado.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da autonomia nacional brasileira na narrativa de Bomfim está relacionada com alguns conceitos-chaves, tais como civilização, barbárie, progresso, atraso, liberdade, democracia, entre outros. Esses conceitos indicam categorias de otimismo e pessimismo que constituem a filosofia da história bomfiniana no que se refere ao passado, presente e futuro da nação na obra *A América Latina: males de origem* (1903).

O pessimismo e a melancolia podem ser verificados na narrativa de Bomfim quando sua análise volta-se ao presente das nações sul-americanas, caracterizado pelo atraso decorrente da herança ibérica, ou seja, da permanência de uma tradição atrelada a inúmeros males (parasitismo/conservantismo) que seriam entraves para o progresso e para o alcance do *status* de civilização. Esse quadro saturnino também aparece vinculado ao passado de barbárie, pois este seria a causa dos desajustes do presente, em outras palavras, a degradação atual das nações da América Latina seria resultado do parasitismo dos antigos colonizadores e da permanência dos vícios herdados pelo conservantismo.

Como vimos, Bomfim investiga tal como um médico, o histórico do paciente, ou seja, para estabelecer as causas dos males existentes no Brasil, o autor analisa como as características do temperamento guerreiro dos colonizadores ibéricos, perpetuaram-se nas colônias da América Latina, sendo a verdadeira causa do quadro de revoltas nesses povos. Nesse sentido, o presente é caracterizado pelo atrasado, estagnação e instabilidade em relação àquelas nações que estão de posse do *status quo* de civilização plena, como os Estados Unidos e a Europa. Nesse contexto, pode-se dizer que no presente descrito por Bomfim a autonomia inexistente. A vontade dos indivíduos em realizar mudanças não teria força suficiente em um meio dominado pelo conservantismo.

Ao problematizarmos as concepções pessimistas e otimistas na visão de Bomfim dirigidas às nacionalidades da América Latina, evidencia-se a dúvida sobre a existência de uma autonomia nas mesmas. Nessas novas nacionalidades, os indivíduos conseguiriam fundar novas ordens, novas leis ou encontravam-se “presos” nos vícios herdados? O próprio Bomfim em determinado momento chama a atenção que devido a essas heranças funestas, às vezes havia a impressão de que o tempo antigo estava novamente em vigor. Assim, as tentativas de conservar as coisas tal como estavam, era produto da vontade dos indivíduos ou da herança e da tradição que lhes mostravam ser o que devia ser feito?

Em suma, pode-se constatar que na obra bomfiniana a concepção de autonomia e liberdade das nações latino-americanas, ainda não é aquela ideia moderna da liberdade entendida como autonomia. No entendimento de Bomfim, por exemplo, a independência do Brasil, não significou o rompimento com



a tradição ibérica, os novos sujeitos nacionais continuavam agindo guiados por uma tradição que deveria ter sido interrompida com o fim da Monarquia. Para Bomfim, “proclamar democracia e liberdade, e manter e defender as condições sociais e políticas das eras de absolutismo, é mais que insensato – é funesto, mais funesto que o próprio absolutismo formal” (Bomfim, 1993: 331 [1903]). O próprio Bomfim adverte que mesmo diante do surgimento da República as práticas continuam sendo as mesmas, mudam-se apenas os nomes dos regimes, o conservantismo realiza seu papel de forma exímia, promovendo a estagnação das mudanças necessárias.

Diante do otimismo legado ao futuro através da instrução, a salvação da América Latina estaria garantida, porém, é mister lembrar que Bomfim não deixa indícios de como os indivíduos poderiam romper com o caráter cíclico (vícios - herança recebida - conservantismo - degenerações - atraso/inferioridade - vícios) que até então vinha sendo propagado na nação.

Nesse sentido fica a dúvida sobre a maneira como a educação conseguirá alcançar a cura para os males libertando essas nacionalidades, levando-as ao progresso e a desfrutar da plena civilização. Seria um elemento externo capaz de realizar tal tarefa? Na narrativa de Bomfim ficou a carga da temporalidade a estabelecer como a instrução conseguirá minar as heranças em vigor levando-se em consideração que os indivíduos que se encontram no poder e aqueles que futuramente estarão nele, não seriam adequados para executar essa tarefa. Parece que Bomfim atribui um dever intrínseco à temporalidade: a evolução de todas as coisas. Baseando-se nesse princípio, o progresso ocorrerá permitindo que a instrução desempenhe seu papel.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOMFIM, Manoel (1993): *A América Latina: Males de origem*, Rio de Janeiro, Topbooks [1903].
- KOSSELLECK, Reinhart (2014) *Estratos do Tempo*, Rio de Janeiro, Contraponto - Ed. PUC Rio.
- KOSSELLECK, Reinhart (2006): *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto - Ed. PUC Rio.
- KOSSELLECK, Reinhart (1992): “Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5, 10, pp.134-146.
- MACIEL, Renata Baldin (2014): *Arquétipos rodonianos: o lugar da América Latina na História Ocidental*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História de Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- MACIEL, Renata Baldin (2013): *América enferma: do flagelo à redenção – uma leitura da obra “América Latina – Males de Origem”, de Manoel Bomfim*. Trabalho de

Conclusão de Graduação, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

PALTÍ, Elías José (2007): *El tempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*, Buenos Aires, Siglo XXI Editores.

RENAUT, Alain (2004) *O indivíduo. Reflexões acerca da filosofia do sujeito*, Rio de Janeiro, DIFEL.

SCHWARZ, Roberto (2014): *As ideias fora do lugar*, São Paulo, Penguin Classics Companhia das Letras.

SCLIAR, Moacyr (2003): *Saturno nos trópicos: a melancolia européia chega ao Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras.